

SILVIA RAMOS E ANABELA PAIVA

**E**m 2004, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC) convidou cinco jornalistas para um encontro na sua sede no Rio de Janeiro. Sabíamos que discutir a produção da imprensa e lançar as bases para um diálogo constante entre a imprensa e a Academia seriam ações fundamentais para ajudar a construir uma política de segurança cidadã no Brasil. No encontro, queríamos discutir as estratégias mais eficientes para fazê-lo. Nesta conversa, resolvemos que o primeiro passo seria a realização de um diagnóstico inédito sobre como os jornais cobrem a violência no Brasil.

A pesquisa, sobre a produção de nove jornais de três estados, foi inspirada na metodologia usada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) há vários anos. Os resultados foram apresentados em um seminário com profissionais de imprensa do Rio e de São Paulo em 2005 (o relatório completo encontra-se em [www.ucamcesec.com.br](http://www.ucamcesec.com.br)). Ao fim de dois dias de debates, constatamos o que já intuíamos: os jornalistas brasileiros estavam, na sua maioria, curiosos e interessados numa avaliação independente do seu trabalho e viam este diagnóstico como uma preciosa contribuição para elevar a qualidade da produção noticiosa sobre violência e segurança pública.

---

1 Parte dos argumentos deste texto está desenvolvida no livro *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil*. Silvia Ramos e Anabela Paiva. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

Não temos dúvida de que a aceitação da análise se deve à premissa que temos seguido: produziríamos uma crítica ou recomendações acadêmicas, típicas de quem está fora do universo de produção diária de notícias, mas trabalharíamos com profissionais da área, ouvindo jornalistas e especialistas em segurança. Estabelecemos uma parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e nos valem de jornalistas experientes e renomados como consultores. Como método, decidimos combinar ferramentas da investigação jornalística (pesquisa de textos e entrevistas com fontes-chave) a ferramentas das ciências sociais (pesquisas quantitativas com metodologia científica sobre a produção dos jornais e encontros e debates para a produção de análises). Nos anos subsequentes, continuamos a produzir outras análises: uma, sobre diários do Rio de Janeiro; outra, sobre dez estados do Brasil. Em 2008, demos início a uma pesquisa sobre as notícias veiculadas por jornais de TV, que atingem um público infinitamente superior ao da mídia impressa.

Nos dois primeiros levantamentos, analisamos 5.165 textos; entre maio e dezembro de 2006, entrevistamos 64 profissionais de imprensa e 26 pesquisadores, policiais e observadores. Em outubro de 2006, um encontro na Universidade Candido Mendes reuniu durante dois dias 16 editores, secretários de redação e jornalistas de alguns dos principais jornais do país, juntamente com dez especialistas, incluindo policiais. Procuramos identificar os temas polêmicos, as principais deficiências, os erros recorrentes e, sobretudo, as boas experiências praticadas hoje no Brasil. Nem sempre foi possível buscar convergências, principalmente em relação a um diagnóstico geral sobre a área de crime e polícia nos diários. Muitos jornalistas experientes são pessimistas, até mais do que analistas e especialistas em segurança pública. Um possível consenso entre todos os envolvidos nesse amplo processo de consulta é que os jornais melhoraram significativamente sua cobertura nos últimos anos, e podem melhorar muito mais.

A discussão sobre a qualidade da cobertura de segurança e criminalidade no Brasil está longe de ser um preciosismo. Aproximadamente cinquenta mil pessoas são assassinadas a cada ano no país. Segundo os dados do sistema de saúde, entre 1980 e 2005, 845 mil brasileiros foram assassinados. A taxa de homicídios do país aumentou 77% em uma década, passando de 15,2 homicídios por 100 mil habitantes em 1984 para 26,9 homicídios em 2004 e se situando acima de 25 por 100 mil habitantes nos anos seguintes – índice que nos situa entre os países mais violentos do mundo. Países da Europa Ocidental têm taxas de dois ou três homicídios por 100 mil.

As mortes provocadas pela polícia brasileira também alcançam índices raramente comparáveis em outros países. Em 2007, a polícia do Rio de Janeiro matou, em ação, legalmente, 1.330 pessoas. O total de 2008 será maior, quando for divulgado. Denominadas “autos de resistência”, estas mortes não entram nas estatísticas de homicídios. Para se ter uma idéia da aberração que estas estatísticas representam, é útil compará-las com as de outros países. A soma das mortes causadas por todas as polícias dos Estados Unidos é de aproximadamente 350 pessoas por ano. As polícias da África do Sul, em 2003, mataram 681, as da Argentina, 288, as da Alemanha, 5 e as de Portugal mataram uma pessoa. A maioria das vítimas de autos de resistência no Brasil é de moradores de favelas e periferias.

Os homicídios no país são extremamente concentrados em certos segmentos, configurando um padrão que pode ser chamado de IGCC: idade, gênero, cor e classe. A taxa de homicídios de jovens negros do sexo masculino, aos 23 anos, no Rio de Janeiro, é de 380 por 100 mil habitantes. Em Pernambuco, essa taxa ultrapassa os 400 por 100 mil! De fato, estão em curso no Brasil, há pelo menos duas décadas, dinâmicas que resultam numa matança que alguns analistas comparam a um genocídio: “jovens pobres e negros que morrem e matam num enfrentamento autofágico e fratricida, sem quartel, sem bandeira e sem razão”, como descreveu magnificamente Luiz Eduardo Soares (2006).

Durante muito tempo, a sociedade, as universidades e as instituições brasileiras assistiram a estas mortes praticamente em silêncio. A partir dos anos 90, diferentes setores da sociedade despertaram para a gravidade do quadro e se articularam não só para denunciar esta situação, mas também para desenvolver pesquisas e realizar experiências inovadoras de gestão de políticas públicas. Os jornais também responderam a esta nova percepção e iniciaram um processo de qualificação da cobertura, ainda em andamento. Pouco a pouco, as velhas práticas das reportagens de polícia, como a troca de favores com fontes policiais, estão sendo reduzidas; matérias sensacionalistas perdem espaço, enquanto assuntos relacionados à segurança pública e aos direitos humanos entram na pauta. Os jornalistas que cobrem a área, geralmente ligados às editoriais de reportagem local, hoje são mais qualificados e encontram maior reconhecimento de seus colegas, num processo que pode ser mais lento ou mais rápido, dependendo do local e do veículo, mas que parece consolidado como tendência.

A mudança é fundamental, já que a mídia tem desempenhado um papel cada vez mais importante no debate público sobre o tema. Os jornais influenciam a opinião da sociedade e motivam e fiscalizam a implantação de políti-

cas de Estado. Formar uma imprensa capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é, dessa forma, estratégico para a evolução do Brasil no setor. É surpreendente, portanto, que o diálogo entre especialistas em segurança e profissionais de imprensa seja ainda incipiente, quase sempre limitado a entrevistas eventuais.

#### “ESQUEÇAM O CADÁVER”: MUDANÇAS NA COBERTURA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

**A**os 15 anos, Luarlindo Ernesto Silva já era foga do *Última Hora*. Hoje, aos 63, ainda trabalha no jornal *O Dia*, na função de pauteiro. Com seus 48 anos de experiência nas redações de diversos jornais cariocas, sempre cobrindo “polícia”, é capaz de avaliar como ninguém as mudanças que ocorreram nos jornais brasileiros. Uma das mudanças, assinala, é a substituição do simples registro superficial dos homicídios pela tentativa de investigação do crime ou pelo relato dos fatores que o levaram a ocorrer. “A abordagem dos assuntos mudou muito. Hoje a ordem para os jovens jornalistas que chegam à redação é ‘esqueçam o cadáver’... mostrem o que está em volta do cadáver, isso é que é importante atualmente. Essa é uma mudança violenta. Nos anos 50, e isso foi assim durante muito tempo, era proibido voltar para a redação sem o ‘boneco’. O boneco da vítima, a foto. Se voltasse sem o boneco, era melhor não voltar. Se não tivesse a foto do rosto do morto, tinha que ter imaginação para pegar a foto com a família, do álbum de casamento, da parede da casa, de onde fosse. E às vezes tinha que mentir, dizer para a família que isso ia ajudar na investigação.”

Não há como evitar a constatação de que a imprensa tem modificado, para melhor, o tratamento que dá aos temas associados à criminalidade e à segurança pública. Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1980 e mais intensamente nos anos 90, na medida em que o fenômeno da violência urbana se multiplicou e se tornou mais complexo, os jornais evoluíram – e continuam a evoluir.

Mas até onde os esforços feitos pela imprensa têm conseguido melhorar a cobertura de segurança e criminalidade? O que ainda precisa ser feito para conseguirmos tratar destes temas nos jornais com a profundidade necessária? Que padrões éticos e jornalísticos têm sido adotados nas redações – ou poderiam vir a ser – para enfrentar as difíceis questões que surgem no cotidiano da imprensa? Eis algumas das perguntas feitas pela pesquisa e que procuramos responder no livro *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade*

e segurança pública no Brasil (a íntegra do livro encontra-se disponível no site do CESeC: [www.ucamcesec.com.br](http://www.ucamcesec.com.br)).

#### O QUE CARACTERIZA A COBERTURA SOBRE VIOLÊNCIA NO MOMENTO ATUAL?

**A** primeira mudança que chama a atenção dos que analisam a cobertura de violência e criminalidade é a diminuição do uso, pela maioria dos jornais e mesmo das emissoras de TV, de recursos sensacionalistas e noções apelativas. Os principais jornais deixaram de utilizar fotos explícitas, e mesmo os mais populares evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite direitos para combater o crime. Fatos emblemáticos dessa tendência foram o fechamento de um ícone do jornalismo apelativo, o *Notícias Populares*, de São Paulo, em 2001, e a reformulação editorial de *O Povo*, do Rio de Janeiro, em agosto de 2006. Transformado em *O Povo do Rio*, o jornal diminuiu as fotos de cadáveres e adotou um tom mais sóbrio no noticiário: “Os leitores estão saturados daquele tipo de cobertura”, disse Rogério Sant’Anna, seu editor, em entrevista em 2006 para a equipe de pesquisadores que ouviu jornalistas e especialistas.

Mas as mudanças não se restringiram apenas aos periódicos do tipo “espreme que sai sangue”. *O Dia*, um importante representante dos jornais de venda em banca, que há anos já havia rompido com o sensacionalismo rasgado do *Notícias Populares*, mas continuava enfatizando a reportagem de crime, também passou por uma reforma em 2006. O diário modernizou não só a linguagem, mas também a sua abordagem sobre os temas da cidade. Nas televisões, o fim do programa *Cidade Alerta*, que saiu do ar em junho de 2005, bem como mudanças em programas regionais vespertinos, baseados na combinação de jornalismo e histeria, parecem indicar uma tendência que marcará os próximos anos: seja por conta do desinteresse dos anunciantes, seja pelo fastio do público, estão cada vez mais reduzidos os espaços para a apelação e as bravatas do tipo “bandido bom é bandido morto”. Tudo indica que a máxima “violência vende”, tantas vezes usada para justificar o mau jornalismo e embasar um discurso pessimista e genérico contra a mídia, inclusive no ambiente acadêmico, já não dá conta da realidade da cobertura de violência e criminalidade.<sup>3</sup>

2 Deve-se registrar, entretanto, que desde 2006 as empresas detentoras de títulos de classe média como *O Dia* e *Extra* lançaram tablóides voltados para as classes populares, como *O Expresso* e *Meia Hora*, de pequena expressão em termos de vendas, nos quais a valorização da violência, a celebração das mortes de bandidos por policiais ainda são a regra.

Outra alteração significativa foi o ingresso nas páginas dos jornais, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1990, de pautas sobre segurança pública. A escalada das estatísticas de homicídios, o aumento do número de vítimas entre as classes média e alta e a chegada de especialistas a cargos de gestão em secretarias de segurança fizeram com que a imprensa passasse a incorporar esta temática. Hoje, a mídia é reconhecida como fundamental na implantação e no sucesso de políticas públicas, como apontou Luiz Eduardo Soares. Antropólogo que ocupou os cargos de coordenador de Segurança Pública no Rio de Janeiro, em 1999, e de secretário nacional de Segurança Pública, em 2003, ele descreveu suas gestões como parcerias com a imprensa: “Nós não pensamos a política de segurança pública, e depois a política de comunicação, como um suplemento ou um instrumento complementar. Nós pensamos essa problemática de forma articulada, como níveis distintos de um mesmo desafio”.

Denis Mizne, fundador e coordenador do Instituto Sou da Paz, desde 1999, um importante centro de discussão e mobilização por direitos humanos e segurança pública em São Paulo, também ressaltou o papel central da imprensa no trabalho da ONG. “As relações entre o Sou da Paz e a mídia datam do nosso nascimento. Sempre compreendemos que a mídia poderia ser o canal fundamental de comunicação com a sociedade, já que o nosso primeiro objetivo, naquele momento, era chamar a atenção para uma questão que estava fora do debate público, o desarmamento, e também para novas abordagens da segurança pública, tema que raramente ocupava o imaginário da sociedade na segunda metade da década de 90”.

Os jornalistas também reconhecem as mudanças à sua volta – e também que elas ainda não são suficientes. No *workshop* Mídia e Violência, realizado pelo CESeC na Universidade Candido Mendes, em outubro de 2006, o então *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, Marcelo Beraba, sintetizou esta avaliação: “Eu comecei em 71, no Globo, e a prioridade era polícia; a gente fazia polícia o tempo todo. É nítida a evolução de lá para cá. Agora, se você comparar com as atenções que recebem, nas redações, áreas como economia, ciência e meio ambiente, essa evolução fica aquém do que aconteceu ou vem acontecendo nestas áreas. A área policial continua sendo um primo pobre, não só dentro da imprensa, mas também na sociedade e na Academia”, disse Beraba, também diretor da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). Um dos aspectos citados pelo jornalista para as limitações da cobertura policial é o fato de que as páginas dedicadas a este noticiário atraem menos anunciantes do que, por exemplo, as de economia – e, portanto, não oferecem o mesmo retorno às empresas jornalísticas.

Nas pesquisas realizadas pelo CESeC em escala nacional, a impressão de que os jornais vêm abandonando os recursos mais ostensivos de apelação e sensacionalismo se confirmou: em levantamento sobre nove jornais de três estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais)<sup>4</sup>, em apenas 0,4% dos textos analisados, a matéria sugeria que a restrição de direitos de criminosos seria uma saída para o problema da violência. Este percentual não foi maior em jornais de perfil popular, como *O Dia* ou *Agora São Paulo*. E apenas 0,3% dos textos sugeriu a possibilidade de que se fizesse justiça com as próprias mãos, sem criticar essa postura. Em relação à fotografia, em pesquisa sobre oito jornais do Rio, 2,9% das matérias que traziam fotos apresentavam imagens de pessoas mortas e 1,4% exibia ferimentos e deformações resultantes de violência. Mas é bom ressaltar: na maioria dos jornais, o percentual de fotos de cadáveres era quase zero – a média foi influenciada pelo fato de que estas imagens compunham 10,2% das fotos publicadas em *O Povo*, especialmente antes da sua reformulação. Fotografias de pessoas feridas e deformadas foram impressas principalmente por *O Povo* (4,2%) e *Meia Hora* (2,9%).

Os resultados confirmaram a impressão de que o assunto segurança pública está presente nas páginas dos diários, ainda que de forma restrita. Quando analisado o foco principal das matérias, políticas de segurança foram notícia em apenas 3,6% dos casos na pesquisa dos jornais do Sudeste e em 4,2% no levantamento dos jornais do Rio. Naturalmente, em muitas matérias em que as polícias, o Exército ou o sistema penitenciário eram o ponto principal, havia debates sobre políticas públicas, ainda que esta não fosse a questão primordial da notícia analisada.

Os mesmos levantamentos também classificaram os textos pela abordagem do assunto. A pesquisa mostrou que a grande maioria das matérias apenas relata o factual (77,7% no caso do Rio e 63,8% na pesquisa Sudeste). Isto significa que matérias com abordagem contextual, ou seja, que oferecem análise, são a minoria. Da mesma forma, 82,5% dos textos analisados na pesquisa Rio eram matérias motivadas pelo que chamamos histórias individuais, isto é, os fatos cotidianos – assaltos, homicídios, acidentes, anúncios oficiais (83,7% no caso da pesquisa Brasil). Em contraste, o reduzido percentual de

3 A pesquisa Brasil analisou 2.514 textos dos seguintes jornais: O Globo, O Dia e JB; Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e Agora São Paulo; O Estado de Minas, Hoje em Dia e Diário da Tarde. A pesquisa Rio analisou 2.651 textos, ao longo do ano de 2006, dos seguintes jornais: O Globo, O Dia, Jornal do Brasil, O Povo, Tribuna da Imprensa, Meia Hora, O Fluminense, Extra. Ambas as pesquisas utilizaram técnica de amostragem consoante para análise de mídia, chamada “mês composto”.

matérias de iniciativa da própria imprensa – entrevistas, editoriais, investigações, reportagens especiais, equivalentes a 14,5% no caso do Rio, e a 6,1% no caso do Brasil – é um indicador de que os jornais têm ainda reduzida iniciativa no setor e se deixam dominar pela avalanche de acontecimentos do dia-a-dia, dando espaço limitado para a análise e a crítica.

Plínio Fraga, chefe de reportagem da sucursal da *Folha de S. Paulo* no Rio de Janeiro, foi um dos entrevistados que apontaram a necessidade de mudar o domínio das matérias factuais: “Jornal que só pensa na edição do dia seguinte está fadado a morrer. É preciso pensar sempre a longo prazo, com matérias que fujam do fato, do que aconteceu ontem, e em seu lugar apontar tendências. Este é o papel do jornal. Estar mais perto da reflexão, mostrar um direcionamento e cobrar de governos. E é isso que os jornais ainda fazem pouco na área da segurança pública”.

Nas entrevistas realizadas pelo CESeC, surgiram depoimentos sobre mudanças no *status* do repórter de crime e segurança. O fim da editoria de Polícia em grande parte dos diários – os jornalistas que cobrem criminalidade e violência são repórteres de geral – favoreceu a integração do fenômeno da criminalidade a temas como educação, habitação, saúde e trânsito; a diversidade de temas exige mais informação e preparação dos jornalistas, evitando que eles incorporem o estereótipo do repórter de polícia, que pouco se diferencia dos policiais e não consegue transitar além da delegacia.

Na origem das mudanças verificadas estão fatos que transcendem as decisões dos jornais. César Camasão, então editor do *Agora São Paulo*, avaliou: “A nova geração é uma geração de classe média. São pessoas mais novas, que fizeram faculdade”. André Luiz Azevedo, da *TV Globo*, disse acreditar que a evolução da realidade de direitos humanos, segurança pública e criminalidade no país exigiu a qualificação dos jornalistas: “Quando eu comecei profissionalmente, a editoria de Polícia era discriminada e desqualificada. Era o lugar das pessoas mais despreparadas. Hoje em dia, estamos chegando a um ponto onde, em alguns veículos, o noticiário de polícia se tornou o assunto principal. Em muitas cidades a violência se transformou seguramente no tema de maior interesse da população. E também nos principais prêmios de imprensa, nos últimos anos, as reportagens e as investigações ligadas à violência estão entre as mais premiadas”.

Se é fácil reconhecer o caminho já percorrido pela imprensa brasileira, também está claro que a cobertura de segurança pública e criminalidade ainda precisa dar um salto de qualidade para se equiparar à de economia e internacional. Isto só será atingido quando os veículos de mídia decidirem investir na

formação de jornalistas e em estratégias de qualificação da cobertura deste tema que mobiliza profundamente os leitores do país.

#### ○ PAPEL DA IMPRENSA NO AGENDAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**A** pesar das deficiências que ainda persistem, pesquisadores e especialistas são enfáticos em apontar o papel decisivo dos meios de comunicação, e o da imprensa em especial, nas respostas de governos e da sociedade aos problemas da violência. Textos clássicos sobre teoria da comunicação (McCombs & Shaw, 2000; Wolf, 2001) apontaram o papel decisivo da mídia na perspectiva do *agenda setting*. Posteriormente, autores contemporâneos (por exemplo, Canclini, 1999; Martín-Barbero, 2001) discutiram a importância política e simbólica da comunicação nas sociedades modernas.

Alguns jornalistas que entrevistamos refletiram especificamente sobre essa atribuição e sobre a importância dos jornais num país como o Brasil: “A imprensa sempre teve esse papel de deflagrar processos e descobrir informações, mas eu acho que no Brasil ele é muito mais valorizado justamente pela falha dos outros sistemas. Como a polícia não funciona e só investiga o que realmente tem repercussão, a imprensa acaba funcionando como polícia às vezes. Há muitos casos em que se a imprensa não investigar, a polícia, por incompetência ou por desleixo, acaba não investigando”, disse André Luiz Azevedo.

O deputado estadual Alessandro Molon (PT/RJ), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, participou do *workshop* organizado pelo CESeC e deu um depoimento a respeito: “Para quem tem contato com os jornalistas, do ponto de vista da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, por exemplo, tantas vezes precisando da parceria da imprensa, tem sido muito importante o apoio ao enfrentar temas de direitos. Isso tem ajudado a mudar a consciência da população. Muitas vezes os jornais até vão contra o senso comum da maioria dos seus leitores e denunciam violências e desrespeito a presos, num processo que é muito importante na luta pelos direitos humanos”.

Se, por um lado, é verdade que a imprensa frequentemente leva governantes e gestores a priorizarem as áreas mais ricas das cidades ao dar preferência a crimes que envolvem a classe média, por outro lado, a mídia tem desempenhado, em momentos históricos, um papel decisivo para definir como autoridades públicas respondem a acontecimentos emblemáticos de violência contra os setores mais despossuídos. Um exemplo recente foi a

cobertura dos ataques do PCC em São Paulo, em 2006, em que as denúncias dos jornais praticamente interromperam as mortes provocadas pela polícia em reação aos atentados. Algumas coberturas ficarão para a história – não só do jornalismo de crime e de polícia, como para a história do país – por terem sido capazes de mobilizar respostas de governos, da Justiça e da sociedade civil. Entre muitos outros exemplos, destacam-se a cobertura das chacinas de Vigário Geral e Candelária, no Rio de Janeiro, em 1993; da morte de 111 presos no Carandiru, em 1992; da morte do dentista negro Flávio Sant’Ana, morto por PMs quando voltava do aeroporto, em São Paulo, em 2004; da chacina da baixada Fluminense, em março de 2005; da morte do menino João Roberto, por policiais do Rio de Janeiro, em uma abordagem violenta, em 2008.

#### BRASIL E ALEMANHA: REALIDADES DISTINTAS, DESAFIOS COMUNS

**S**e a taxa de homicídios do Brasil é uma das mais altas do mundo, a da Alemanha está entre as mais baixas, com menos de 2 homicídios por 100 mil habitantes. Os problemas de violência urbana, contudo, estão igualmente concentrados entre jovens, especialmente entre jovens imigrantes ou filhos de imigrantes que vivem nos bairros mais excluídos dos centros urbanos. Os problemas reais e especialmente os problemas simbólicos de exclusão e de oportunidades limitadas em relação ao futuro para esses jovens preocupam as autoridades e as lideranças da sociedade civil.

A despeito das grandes diferenças entre os dois países, um dos impasses comuns entre os profissionais de mídia, aqui e lá, é dar voz na cobertura aos segmentos que são reiteradamente identificados como geradores de violência. Como no Brasil, os grandes jornais e redes de TV falam sobre os jovens, mas raramente ouvem a palavra destes jovens, expressam suas perspectivas, compreendem as saídas que eles apontam. Exatamente como ocorre no Brasil com os jovens de favelas e periferias. Em ambos os casos, esses jovens são permanentemente estigmatizados com as imagens que os associam a potenciais criminosos, com as notícias que reforçam e “confirmam”, por assim dizer, a cada dia, as expectativas. O que, por sua vez, favorece mais exclusão, mais violência, menos saída, menos futuro.

Tanto no Brasil como na Alemanha, a despeito dos avanços, os meios de comunicação têm utilizado pouco os fantásticos recursos muito presentes nas culturas jovens, como a internet, blogs, redes do tipo Orkut, programas de mensagens, mensagens de texto em celulares e outros. A incorporação cres-

cente de vezes em geral ausentes do dia a dia do noticiário tem sido experimentada, no caso brasileiro, nas experiências de alguns blogs sobre crime e polícia, além do surgimento e multiplicação de blogs de autoria de policiais. No campo jornalístico, pelo menos três casos se destacam, os blogs Repórter de Crime, do jornalista Jorge Antonio Barros, Casos de Polícia, do jornal *Extra* e muito especialmente, o blog PE *Body Count*, coordenado por três jovens jornalistas independentes de Recife. A despeito de serem experiências heterogêneas, elas têm em comum recordes de acesso (o jornalista Fábio Gusmão, coordenador do blog Casos de Polícia, revelou que o blog tem maior penetração que o próprio jornal impresso, com média de 180.000 acessos por dia; o blog de Jorge Antonio é o mais acessado dentro do portal do jornal *O Globo* e o PE *Body Count* ganhou sucessivos prêmios. Também contam com a forte participação de cidadãos comuns, que transmitem informações, muitas vezes ocorridas dentro de favelas e bairros pobres, suscitam debates e dão opiniões.

Os blogs de policiais são um fenômeno recente e bastante importante, considerando que por razões disciplinares policiais militares (e em alguns estados também os policiais civis) são expressamente proibidos de se manifestarem publicamente (entrevistas com policiais só são concedidas se autorizadas formalmente pelos comandos superiores). Também constituindo experiências heterogêneas, de qualquer forma surpreendem as manifestações de policiais que fazem dos blogs (muitas vezes anônimos) locais de intenso debate político sobre temas como reforma das polícias, respostas à violência e à criminalidade, discussões sobre hierarquia, disciplina, controle externo, além de dicas sobre cursos e outros temas do interesse de policiais. Trata-se, tanto no caso das experiências jornalísticas como nos blogs de policiais, de experiências novas no campo da mídia na produção de notícias sobre violência e por isto será importante acompanhar esses processos de perto nos próximos anos.

#### CONCLUSÕES E SUGESTÕES

**U**ma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor.

A despeito dos avanços evidentes ocorridos nos últimos anos, predomina no dia-a-dia da cobertura um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar o setor com a importância que ele tem. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes.

Jornalistas e especialistas entrevistados, pensando em soluções estruturais para melhorar a qualidade da cobertura na área, consideraram que para alterar significativamente o quadro atual é necessário investir na especialização de profissionais, em processo similar ao que ocorreu e ocorre nas editorias Economia, Política, Internacional e Ciência e Tecnologia. A diferença reside no fato de a pressão para a qualificação e a especialização não ser espontânea por não serem qualificadas as próprias fontes principais (policiais civis e militares com os quais os jornalistas que cobrem a área convivem cotidianamente). Portanto, programas de especialização para jornalistas deveriam ser estimulados tanto por redações e centros de estudos e pesquisas, como pelas próprias polícias. Entre os pontos mais mencionados por jornalistas e especialistas como principais fragilidades, estão as seguintes áreas de conhecimento: funcionamento do sistema de justiça criminal no Brasil (papéis, atribuições e limites das polícias, do Ministério Público, da Justiça e do sistema penitenciário) e em outros países; informações sobre as principais bases de dados da área (bases da saúde e das polícias; a SENASP; bases dos sistemas de justiça nos estados, das varas de execução penal) e como ter acesso a elas.

Tudo indica que apenas o esforço conjunto de redações, gestores da segurança pública e pesquisadores acadêmicos pode favorecer a qualificação e especialização dessa cobertura. Parece que, nesta década atual, as mitificações recíprocas de jornalistas, policiais e pesquisadores, uns sobre os outros, finalmente está cedendo espaço para o estabelecimento de relações mais maduras, de cooperação e crítica.

**Silvia Ramos** é cientista social e coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes.

**Anabela Paiva** é jornalista com 20 anos de experiência profissional. Ambas coordenam a linha de pesquisa Mídia e Violência, no CESeC, desde 2004.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). Balas perdidas: Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência. Brasília: Andi, 2001.
- ANDI (News Agency for Children's Rights). *Facing the Challenge: Children's rights and human development in Latin American news media*. Brasília: Andi, 2006.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- LEEDS, E. Rio de Janeiro. In *Fractured Cities: Social Exclusion, Urban Violence and Contested Spaces in Latin America* (K. Koonings & D. Kruijt, orgs.), London: Zed Books, 2007.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. A função do agendamento dos media, 1972 In: TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.
- NJAINE, K. *Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes: Reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública*. 144 p. Tese de doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.
- RAMOS, S. & PAIVA, A. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- SOARES, L. E. *Legalidade libertária*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- Blog Casos de Polícia: <http://extra.globo.com/geral/casodepolicia/> Acesso em 31 de dezembro de 2008.
- Blog PE Body Count: <http://www.pebodycount.com.br/home/index.php> Acesso em 31 de dezembro de 2008.
- Blog Repórter de Crime: <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/> Acesso em 31 de dezembro de 2008.